



## A REPRESENTATIVIDADE NEGRA COMO CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE: O CONTO “LUMBIÁ”, DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Cristiane de Jesus Cordeiro CAMPELO<sup>1</sup>

Juliana Maia de QUEIROZ<sup>2</sup>

Recebido: 08/03/2021

Aceito: 16/03/2021

### RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo analisar a representatividade negra como construção de identidade a partir da leitura do conto “Lumbiá”, do livro *Olhos d'Água* (2016), da escritora mineira Conceição Evaristo. Os procedimentos metodológicos estão pautados, primeiramente, na leitura de textos referentes à temática do negro para, em seguida, fazer uma análise do conto. E, como suporte teórico para a realização deste trabalho, tomou-se os estudos de Hall (1999; 2003; 2016), Munanga (2009), Moreira (2019), Souza (1983), Gonzalez e Hasenbalg (1982), Mbembe (2014) e M'Bow (2010), além da Lei 10.639/2003 que obriga as escolas públicas e privadas a adotarem o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos seus currículos. Dessa forma, este trabalho pretende comprovar que a representatividade negra nos espaços públicos e privados é fundamental para a construção de sua identidade enquanto sujeito na sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representatividade negra. Construção de Identidade. Conceição Evaristo. Lumbiá.

### BLACK REPRESENTATIVENESS AS CONSTRUCTION OF IDENTITY: THE SHORT STORY “LUMBIÁ”, BY CONCEIÇÃO EVARISTO

### ABSTRACT:

This research aims to analyze black representativeness as identity construction through the reading of “Lumbiá”, a short story present in the book *Olhos d'água* (2016), written by the Brazilian writer Conceição Evaristo, born in Minas Gerais. The methodological procedures are first based on the reading of texts which refer to black people's contents to, then, produce a critical discourse analysis about the story. As theoretical basis, the following analysis took not only the studies of Hall (1999; 2003; 2016), Munanga (2009), Moreira (2019), Souza (1983), Gonzalez and Hasenbalg (1982), Mbembe (2014) and, finally, M'Bow (2010), but also law nº 10.639/2003, which compels public and private schools to adopt African and African Brazilian History and Culture into the school curriculum. Therefore, this paper intends to attest that the black representativity on public and private places is fundamental to identity construction of oneself in society.

**Keywords:** Black representativity. Identity construction. Conceição Evaristo. Lumbiá.

### INTRODUÇÃO

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a maioria da população brasileira se autodeclara negra, entretanto, não há presença maciça dessas pessoas ocupando as estruturas de poder. Por que isso acontece? Porque, ao ligarmos a televisão, ao folhearmos livros e

<sup>1</sup>Licenciada em Letras – Língua Portuguesa, pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Especialista em Ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia – FIBRA. Atualmente aluna especial da disciplina Estudos do Romance no PPGL/UFPA, Campus Belém.

<sup>2</sup> Doutora em Teoria e História Literária pela UNICAMP e professora de Literatura na Universidade Federal do Pará (UFPA).



Revistas notamos esta ausência? Ou quando aparecem, em sua maioria, têm a imagem estereotipada e estigmatizada? Estas são algumas inquietações que norteiam esta pesquisa. As respostas a respeito destes questionamentos encontram-se no passado. Por isso, foi necessário visitar o passado histórico do Brasil e do continente africano com a finalidade de identificarmos fatos que contribuíram para a construção da imagem do negro como ser inferior, sem cultura e sem história. E, como exemplo, podemos citar a colonização, a escravidão e as teorias racistas postuladas pelos pensadores do século XVIII.

Para tanto, recorreu-se aos conceitos de raça postulados pelos autores Stuart Hall (2003), Achille Mbembe (2014), Adilson Moreira (2019) e Frantz Fanon (2014); História da África, com Mahtar M'Bow (2010); História do negro no Brasil, com Albuquerque e Filho (2006), Del Priore e Venancio (2010) e Neuza Souza (1983); Identidade e negritude, com Kabengele Munanga (2009) e Stuart Hall (1999); Movimentos negros, com Domingues (2016) e Gonzalez e Hasenbalg (1982); e a Lei nº 10.639/2003, que obriga as escolas públicas e particulares a incluírem nos seus currículos o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. E, a partir desse repertório teórico, analisaremos a importância da representatividade negra como construção de identidade no conto “Lumbiá”, de Conceição Evaristo.

## **A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO**

Primeiramente, faz-se necessário apontar alguns conceitos sobre raça para que possamos entender como determinadas sociedades subjugaram outras. Stuart Hall (2003, p. 69) conceitua raça como uma categoria não científica. Segundo o referido autor, “Raça é uma construção política e social. É uma categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo”. Neste sentido, o racismo, como prática discursiva, possui uma lógica própria. Ou seja, “tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, a natureza”. Segundo o autor, essa “referência discursiva à natureza é algo que o negro compartilha com o anti-semitismo e com o sexismo (em que também a biologia é o destino), porém, menos com a questão de classe”. Para Hall, o problema é que o nível genético não é imediatamente visível. Então, nesse tipo de discurso, as diferenças genéticas (supostamente escondidas nos genes) são “materializadas” e podem ser “lidas” nos significantes corporais visíveis e facilmente reconhecíveis, tais como cor de pele, as características físicas do cabelo, as feições do rosto, o tipo físico, entre outros (HALL, 2003, p. 70).



Achille Mbembe (2014) pontua que se aprofundarmos a questão, a raça “será um complexo perverso, gerador de medos e de tormentos, de problemas do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes”. Para Mbembe, a raça não existe enquanto fato natural físico, antropológico ou genético. Portanto, neste caso, a raça não passa de uma ficção útil, de uma construção fantasista ou de uma projeção ideológica cuja função é desviar a atenção de conflitos antigamente entendidos como mais verossímeis (MBEMBE, 2014, p. 25).

Adilson Moreira (2019, p. 44-45) conceitua raça como uma representação cultural que estrutura relações de poder dentro de uma sociedade. Segundo o autor, “ela pode ser utilizada para a legitimação de normas legais que tratam indivíduos de forma arbitrária”, ou ela “pode permanecer invisível em sociedades nas quais privilégios raciais sistemáticos tornam a discriminação direta uma forma obsoleta de manutenção de hierarquias entre negros e brancos”. Contra essa relação de poder e dominação apontada por Moreira, Frantz Fanon, um renomado estudioso sobre a questão racial, entende que raça é também o nome que deve dar-se ao ressentimento amargo, ao irrepreensível desejo de vingança, isto é, a raiva daqueles que lutaram contra a sujeição e foram, não raramente, obrigados a sofrer um sem-fim de injúrias, todos os tipos de violações e de humilhações e inúmeras ofensas (*apud* MBEMBE, 2014, p. 26).

A partir desses conceitos apontados por estudiosos como Hall, Mbembe, Moreira e Fanon podemos construir um entendimento de como a Europa justificou suas conquistas territoriais com base na invenção da superioridade racial. Cabe ressaltar que as descobertas de Gregor Mendel na genética, a obra de Charles Darwin – *A origem das espécies* – e uma série de novos conhecimentos científicos foi aproveitada para sustentar as premissas da supremacia branca (MOORE, 2016, p. 63). De acordo com Mbembe (2014, p. 26-28):

Na sua ávida necessidade de mitos destinados a fundamentar o seu poder, o hemisfério ocidental considerava-se o centro do globo, o país natal da nação, da vida universal e da verdade da Humanidade. Sendo o bairro mais civilizado do mundo, só o Ocidente inventou um “direito de gentes”. Só ele conseguiu edificar uma sociedade civil das nações compreendida como espaço público de reciprocidade do direito. Só ele deu origem a uma ideia de ser humano com direitos civis e políticos, permitindo-lhe desenvolver os seus poderes privados e públicos como pessoa, como cidadão que pertence ao gênero humano e, enquanto tal, preocupado com tudo o que é humano. Só ele codificou um rol de costumes, aceites por diferentes povos, que abrangem os rituais diplomáticos, as leis da guerra, os direitos de conquista, a moral pública e as boas maneiras, as técnicas do comércio, da religião e do governo. (MBEMBE, 2014, p. 26-27)

Neste sentido, podemos compreender como o processo de colonização europeia apagou e silenciou a história e a cultura do continente africano. De acordo com o pesquisador Mahtar M’Bow

(2010, p. 21-22), durante muito tempo, mitos e preconceitos de toda espécie esconderam do mundo a real história da África. Para o autor, as sociedades africanas passavam por sociedades que não podiam ter história. Mesmo com pesquisas efetuadas nas primeiras décadas do século XX, muitos especialistas de origem não africana, sustentavam essa ideia com a justificativa de que por falta de fontes e documentos escritos tais sociedades não podiam ser objeto de estudo científico. O autor aponta que durante a escrita da história da África, recorria-se somente a fontes externas, ou seja, tomava-se como referência o passado da Europa, não o percurso dos povos africanos, seus modos de produção, suas instituições políticas ou suas relações sociais. Segundo o autor, outro fenômeno que contribuiu negativamente para a história da África foi o aparecimento de estereótipos raciais devido à colonização e ao tráfico negreiro. Para Burns (*apud* FANON, 2008, p. 110), “o preconceito de cor nada mais é do que a raiva irracional de uma raça por outra, o desprezo dos povos fortes e ricos por aqueles que eles consideram inferiores” e “como a cor é o sinal exterior mais visível da raça, ela tornou-se o critério pelo qual os homens são julgados”.

Aprofundando a discussão, no pensamento ocidental, “o Negro é representado como protótipo de uma figura pré-humana incapaz de superar sua animalidade [...] O Negro é constantemente produzido. Produzir o Negro é produzir um vínculo social de submissão e um corpo de exploração” (MBEMBE, 2014, p. 39-40). Segundo o autor, o termo Negro aparece no início do século XVI em um texto em língua francesa. A partir do século XVIII, com a expansão do tráfico negreiro, o uso deste termo tornou-se mais recorrente. De acordo com Munanga (2009):

Na simbologia de cores da civilização europeia, a cor preta representa uma mancha moral e física, a morte e a corrupção, enquanto a branca remete à vida e à pureza. Nessa ordem de ideias, a Igreja católica fez do preto a representação do pecado e da maldição divina. Por isso, nas colônias ocidentais da África, mostrou-se sempre Deus como um branco velho de barba, e o Diabo um moleque preto com chifres e rabinho. (MUNANGA, 2009, p. 29)

A partir dessa concepção de raça inferior categorizada pelo pensamento ocidental, e distante do continente africano devido aos diversos tipos de diásporas como, por exemplo, a escravidão, o negro teve como desafio a sua sobrevivência em terras desconhecidas. De acordo com Albuquerque e Filho (2006), após uma longa travessia atlântica e do desembarque nos portos das grandes cidades do Brasil, o negro africano teria que conviver com o trauma do desenraizamento das terras dos ancestrais e com a falta de amigos e parentes que deixaram na África. E, viver sob a escravidão significava submeter-se à condição de propriedade, passíveis de serem leiloados, vendidos, comprados, permutados por outras mercadorias, doados e legados. Sob o domínio de seus senhores



trabalhariam de sol a sol nos mais diversos tipos de ocupações (ALBUQUERQUE E FILHO, 2006, p. 65).

## A (IN)EXPRESSIVA PRESENÇA DE NEGROS NO BRASIL

Vindos de diversas regiões da África, estima-se que o número de africanos escravizados e forçados a migrar para o “Novo Mundo” varia de doze a cem milhões de pessoas (CHRISTIAN, 2009, p. 149). Entre 1575 e 1591 foram embarcados da região de Angola mais de 52 mil africanos para o Brasil (ALBUQUERQUE E FILHO, 2006, p. 33). Entre 1821 e 1830 chegaram anualmente 43 mil africanos em portos brasileiros e, até 1850 – ano da proibição do tráfico negreiro – cerca de 37 mil escravos negros por ano (DEL PRIORE E VENANCIO, 2010, p.131)

Segundo Albuquerque e Filho (2006) por mais de trezentos anos a maior parte da riqueza produzida e consumida no Brasil, ou exportada para outros locais, foi resultado da exploração do trabalho escravo. As atividades desempenhadas pelas mãos escravas foram diversas: extração de ouro e diamantes das minas, plantação e colheita de cana, café, cacau, algodão e outros produtos tropicais de exportação. Além disso, os escravos trabalhavam na agricultura de subsistência, na criação de gado, na produção de charque, nos ofícios manuais e nos serviços domésticos. Nas cidades desempenhavam trabalhos como transporte de objetos e pessoas e constituíam a mão de obra mais numerosa empregada na construção de casas, pontes, fábricas, estradas e diversos serviços urbanos. Além destes, distribuía alimentos, eram vendedores ambulantes e quitandeiros (ALBUQUERQUE E FILHO, 2006, p. 65).

Quanto à libertação dos negros, o Brasil foi o último país a abolir a escravidão. E isso aconteceu sob forte pressão da Inglaterra e de movimentos internos. Além da rebeldia dos escravos como fugas, envenenamentos, quilombos e revoltas, Del Priore e Venâncio (2010, p. 147) destacam três grupos que contribuíram para a extinção da escravatura: os emancipacionistas (partidários da extinção lenta e gradual da escravidão), os escravistas (defendiam indenização aos proprietários dos escravizados caso a abolição fosse sancionada) e os abolicionistas (defendiam a liberdade total dos escravizados). Este último grupo contribuiu para que houvesse uma mobilização popular com o objetivo de alterar a estrutura da sociedade brasileira, como podemos constatar:

Os abolicionistas também inovaram na forma de organização. Em vez de reuniões secretas, como ocorria na maçonaria, que tanto envolveu os políticos do Império, eles formavam clubes abertos a quem quisesse participar, lançavam jornais, assim como organizavam palestras em teatros e comícios nas ruas. Representavam, por assim dizer, uma nova forma de fazer política, uma forma que fugia às rédeas dos oligarcas e poderosos rurais. Foi por esse movimento que surgiram modernas



lideranças negras, como André Rebouças e José do Patrocínio, cuja atuação teve repercussão nacional. Não por acaso, os abolicionistas também foram os primeiros a defender a distribuição de terras entre os ex-escravos e a criação de escola pública para os filhos dos futuros libertos. (DEL PRIORE E VENANCIO, 2010, p. 149)

De acordo com a citação acima, a luta pelo fim da escravidão nos apresenta duas lideranças negras significativas: André Rebouças e José do Patrocínio. As ideias propostas por estes abolicionistas defendiam a distribuição de terras aos ex-escravos com o propósito de que estes se estabelecessem com algo para a própria sobrevivência. E, além disso, a criação de escola pública com o objetivo de inserir os filhos dos futuros libertos no mundo da leitura e da escrita. Isto seria uma espécie de reparação àqueles que tiveram sua mão de obra explorada desde que chegaram ao território brasileiro.

No entanto, vale ressaltar que a Lei Áurea assinada pela princesa Isabel em 13 de maio de 1888 – sob pressão da Inglaterra e dos diversos movimentos que lutavam pelo fim da escravidão – não beneficiou os negros, pois não houve políticas públicas para que essas pessoas fossem incluídas na sociedade. Além disso, os negros teriam outro problema para enfrentar: a cor da pele. Segundo Schwarcz e Starling (2015, p. 145-146), “a cor se tornou um marcador social fundamental”. As “pessoas de cor” sofriam com todo tipo de discriminação, pois sua tonalidade de pele indicava a origem e o passado escravocrata. Dessa forma, ao transformar o africano em escravo, a sociedade escravista, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior (SOUZA, 1983, p. 19).

Nessa perspectiva, de acordo com Albuquerque e Filho (2006, p. 68-69) a escravidão:

[...] moldou condutas, definiu desigualdades sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência. A partir dela instituíram-se os lugares que os indivíduos deveriam ocupar na sociedade, quem mandava e quem devia obedecer. Os cativos representavam o grupo mais oprimido da sociedade, pois eram impossibilitados legalmente de firmar contratos, dispor de suas vidas e possuir bens, testemunhar em processos judiciais contra pessoas livres, escolher trabalho e empregador. [...] a escravidão foi montada para a exploração econômica, ou de classe, mas ao mesmo tempo ela criou a opressão racial. (ALBUQUERQUE E FILHO, 2016, p. 68-69)

Sob essa forte pressão, a luta do negro pela sua ascensão na sociedade brasileira opressora tornou-se, simultaneamente, lenta e contínua. Percebe-se como a negação da história e da cultura do negro juntamente com o mito da supremacia racial, propagados desde o período da colonização e da escravidão, interferiu drasticamente na ascensão do negro na sociedade. O negro via apenas o branco como modelo, como pontua Souza (1983):

CAMPELO, Cristiane de Jesus Cordeiro; QUEIROZ, Juliana Maia de. A representatividade negra como construção de identidade: o conto “Lumbiá”, de Conceição Evaristo. In: *Revista Falas Breves*, n. 9, junho, 2021, Universidade Federal do Pará, *Campus Universitário do Marajó-Breves*, Breves-PA. ISSN 23581069



[...] naquela sociedade, o cidadão era o branco, os serviços respeitáveis eram os “serviços-de-branco”, ser bem tratado era ser tratado como branco. Foi com a disposição básica de ser gente que o negro organizou-se para a ascensão, o que equivale dizer: foi com a principal determinação de assemelhar-se ao branco – ainda que tendo que deixar de ser negro – que o negro buscou, via ascensão social, tornar-se gente. (SOUZA, 1983, p. 21)

A partir de Souza, percebe-se o quanto o processo de ascensão social do negro na sociedade foi cruel, pois ele teria que negar suas origens para tornar-se um cidadão. Neste caso, como aponta Nogueira (*apud* CARNEIRO, 2005, p. 43), “o branco encarna todas as virtudes, a manifestação da razão, do espírito e das ideias: eles são a cultura, a civilização, em uma palavra, a humanidade”.

### **A LUTA PELA AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA**

Devido à colonização, à escravidão e ao mito da supremacia racial impostos pelas sociedades ditas superiores, como foi exposto anteriormente, a imagem do negro na sociedade brasileira tornou-se estereotipada e estigmatizada. Para Frantz Fanon, “a civilização branca, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial” (FANON, 2008, p. 31). E, a partir do momento em que as pessoas negras passam a tomar consciência desses fatores, a luta pela afirmação de sua identidade na sociedade torna-se inevitável.

Munanga (2009, p. 12-13) elenca três fatores que são essenciais para a construção de uma identidade. O primeiro, o *fator histórico*, constitui o cimento cultural que une os elementos diversos de um povo através do sentimento de continuidade histórica vivido pelo conjunto de sua coletividade. Neste fator, o essencial para cada povo é reencontrar o fio condutor que o liga a seu passado ancestral o mais distante possível. E, por meio da consciência histórica, cada povo faz um esforço para conhecer sua verdadeira história e transmiti-la às futuras gerações. O segundo, o *fator linguístico*, diz respeito à preservação e à criação das diversas formas de linguagem para que a identidade seja mantida. Neste caso, destaca-se a linguagem esotérica nos terreiros religiosos, os estilos de cabelos, os penteados, os estilos musicais, a conservação de estruturas linguísticas, entre outros. O terceiro e último, o *fator psicológico*. Nesse sentido, para o autor “o conceito de identidade recobre uma realidade muito mais complexa do que se pensa, englobando fatores históricos, psicológicos, linguísticos, culturais, político-ideológicos e raciais” (MUNANGA, 2009, p. 14). Ainda de acordo com Munanga, a recuperação da identidade negra começa pela aceitação dos atributos físicos de sua negritude, antes de atingir os atributos culturais, mentais, intelectuais, morais e psicológicos, pois o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade (MUNANGA, 2009, p. 19).



Se partirmos do entendimento de Stuart Hall sobre identidade, quando ele afirma que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*” (HALL, 1999, p. 48 – grifo do autor), podemos nos questionar: quais são as representações do negro no contexto da formação da identidade brasileira? Automaticamente, associa-se à escravidão. Contra essa imagem reduzida do negro, a partir do século XX, surgem no Brasil entidades (ou associações) de negros que tinham como objetivo legitimar sua existência dentro da sociedade diante da legislação. Essas entidades eram o resultado de uma confluência entre o movimento abolicionista, as sociedades de ajuda e da alforria e dos agrupamentos culturais negros (CARDOSO, 1981 *apud* GONZALEZ E HASENBALG, 1983, p. 21).

Gonzalez e Hasenbalg (*Idem*, p. 22) apontam que as entidades negras, dependendo da atividade desenvolvida, dividiam-se em *recreativas* (com perspectivas e anseios ideológicos elitizados) ou *culturais de massa* (afoxés, cordões, maracatus, ranchos, blocos e samba). Nos anos de 1931 surge a Frente Negra Brasileira<sup>3</sup> (FNB) como o primeiro movimento ideológico pós-abolição e reuniu os dois tipos de entidades. Esse movimento, juntamente com a imprensa negra, tornou-se relevante ao mobilizar milhares de negros contra o sistema opressor.

De acordo com Domingues (2016), a receptividade da população de ascendência africana em relação à Frente Negra Brasileira foi bastante positiva. No ano de 1936, por exemplo, noticiava-se que a FNB possuía sessenta delegações distribuídas no interior de São Paulo e em outros estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo). No início, a FNB, localizava-se numa sala do Palacete Santa Helena. Entretanto, com o aumento das adesões, a sede mudou para um casarão na Rua da Liberdade. Com um espaço mais amplo, havia salas da presidência, da secretaria, da tesouraria, de reuniões, entre outros. Além disso, ofereciam os seguintes serviços à população: salão de beleza, barbeiro, bar, local para jogos, dentistas e alistamento eleitoral (DOMINGUES, 2016, p. 337).

Em junho de 1978, surgiu outro movimento relevante que lutava pela causa negra. Trata-se do Movimento Negro Unificado (MNU). Este movimento, entre outras pautas, tinha como objetivo combater a discriminação racial, o desemprego e a opressão policial. De acordo com Gonzalez e Hasenbalg (1982, p.15), o MNU tornou-se uma entidade que simbolizava resistência diante das condições precárias que as pessoas negras enfrentavam na sociedade. Dessa forma, buscavam por meio de suas manifestações a valorização da história e da cultura negra, predominantemente

---

<sup>3</sup> De acordo com Domingues (2016), a Frente Negra Brasileira (FNB) foi uma associação que existiu de 1931 a 1937 e mobilizou milhares de negros e negras a lutarem por seus direitos. Abandonados pelo sistema político tradicional e acumulando a experiência de décadas em suas associações, um grupo de “homens de cor” fundou a FNB no dia 16 de setembro de 1931.

CAMPELO, Cristiane de Jesus Cordeiro; QUEIROZ, Juliana Maia de. A representatividade negra como construção de identidade: o conto “Lumbiá”, de Conceição Evaristo. In: *Revista Falas Breves*, n. 9, junho, 2021, Universidade Federal do Pará, *Campus* Universitário do Marajó-Breves, Breves-PA. ISSN 23581069

menosprezada e vista como inferior do ponto de vista daqueles que enalteciam o que era europeu e não eram empáticos com a atual situação da população negra.

### A LEI 10.639/2003

No que se refere ao ambiente escolar, as reivindicações e as propostas do Movimento Negro, ao longo do século XX, foram significativas para a reconstrução, a inclusão e a valorização da história e da cultura afro-brasileira e africana. A criação da Lei 10.639/2003, sancionada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, torna-se um exemplo dessa luta, pois ela obriga as escolas públicas e particulares a adotarem nos seus currículos o ensino de história e cultura africanas e afro-brasileiras, como podemos observar:

Este parecer visa a atender os propósitos expressos na indicação CNE/CP 6/2002, bem como regulamentar a alteração trazida à Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros. (BRASIL, 2004, p. 9)

No excerto acima, podemos perceber que houve uma alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, justamente, para favorecer àqueles que também contribuíram para a formação da nação brasileira e que por muito tempo ficaram à margem da história. De acordo com a referida lei, o reconhecimento da história e da cultura da população negra para a sociedade brasileira, entre outros pontos, implica:

Justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; [...] valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. (BRASIL, 2004, p. 11-12)



Sendo assim, caberia aos sistemas de ensino seu importante papel para a desconstrução e eliminação de todos os tipos de discriminações contra a população negra, contribuindo positivamente para construção e afirmação de sua identidade na sociedade brasileira.

### “LUMBIÁ”: ANÁLISE DO CONTO

Em breve resumo, o conto narra a história do menino Lumbiá que trabalhava nas ruas, juntamente com sua irmã (Beba) e seu colega Gunga, vendendo flores, amendoins e chicletes para ajudar no sustento de sua família. Para obter sucesso nas vendas, o menino inventava truques como, por exemplo, chorar copiosamente. Entretanto, entre um choro e outro, um fundo de verdade. O Natal era uma data muito especial para Lumbiá. Ele adorava apreciar o presépio, pois a família e a pobreza do menino Jesus assemelhavam-se à sua; menos a cor. E foi justamente o desejo de ter a imagem do menino Jesus em seus braços que o levou à morte. Após diversas tentativas para observar a exposição de um presépio, Lumbiá levou consigo a imagem do menino Jesus, e ao ser perseguido pelo segurança ao atravessar a rua, foi atropelado e não resistiu aos ferimentos.

O conto narrado em terceira pessoa, no parágrafo inicial, chama a atenção do leitor por dois motivos: os nomes incomuns dados aos personagens (Lumbiá, Beba e Gunga) e a imagem de crianças trabalhando nas ruas, como podemos constatar:

Lumbiá trocou rapidamente a lata de amendoim pela caixa de chicletes com sua irmã Beba. Fazia um bom tempo que estava andando para lá e para cá, e não havia conseguido vender nada. Quem sabe teria mais sorte se oferecesse chicletes? E, se não desse certo também, procuraria o colega Gunga. Juntos poderiam vender flores. (EVARISTO, 2016, p. 81)

Nesse fragmento, percebe-se a realidade de muitas famílias negras brasileiras, ou seja, crianças que precisam abandonar a escola para auxiliar no sustento da família. Nota-se também a falta de estrutura familiar do menino negro, que na ausência do pai, pois este não é mencionado em nenhum momento do conto, assume essa responsabilidade. Essa realidade apontada anteriormente por Albuquerque e Filho (2016, p. 65) atravessa séculos, pois desde o tráfico negreiro a população negra sofre com esse tipo de configuração familiar. Destaca-se também a ausência de políticas públicas, que desde o período pós-escravidão, contribui negativamente para a ascensão da população negra até os dias atuais. O conto escancara os impactos da desigualdade social, enquanto os filhos daqueles que detêm o poder ocupam seu tempo com boas escolas, cursos e esportes, Lumbiá recorria a truques que misturavam ficção e realidade para sobreviver. No entanto, o sofrimento do menino amenizava-se quando o período natalino se aproximava:

CAMPELO, Cristiane de Jesus Cordeiro; QUEIROZ, Juliana Maia de. A representatividade negra como construção de identidade: o conto “Lumbiá”, de Conceição Evaristo. In: *Revista Falas Breves*, n. 9, junho, 2021, Universidade Federal do Pará, *Campus* Universitário do Marajó-Breves, Breves-PA. ISSN 23581069

Todos os anos, desde pequeno, em suas andanças pela cidade com a mãe e mais tarde sozinho, buscava de loja em loja, de igreja em igreja, a cena natalina. Gostava da família, da pobreza de todos, parecia a sua. Da imagem-mulher que era a mãe, da imagem-pai que era o pai. A casinha simples e a caminha de palha do Deus-menino, pobre; *só faltava ser negro como ele*. Lumbiá ficava extasiado olhando o presépio, buscando e encontrando o Deus-menino. (EVARISTO, 2016, p. 84 – grifos nossos).

No fragmento, verificamos o motivo pelo qual a cena natalina tornou-se algo importante para o personagem. A pobreza da família do Menino Jesus representada no presépio assemelhava-se à família de Lumbiá. Entretanto, havia algo que incomodava o personagem, o fato daquele menino não ser negro. Desta forma, o conto ressalta o problema da ausência de representatividade negra. Como foi dito anteriormente por Mbembe (2014, p. 26-28), o Ocidente ao constituir-se como o espelho da civilização eliminou todas as representações dos povos não-brancos. Desta forma, a identificação de Lumbiá com o menino Deus torna-se parcial, ou seja, semelhante na pobreza, mas diferente na cor da pele. Essa cor, que desde o continente africano, ficou marcada por estereótipos raciais devido à colonização europeia e branca, o tráfico negreiro e as teorias racistas.

Cabe ressaltar que na cena natalina, o rei mago Baltazar é outra figura importante para o menino negro: “Os Reis Magos, os dois brancos, caminhavam um pouco abaixo da estrela-guia. O *Rei Negro*, aquele que parecia com o tio de Lumbiá, caminhava sozinho um pouco atrás, mas com passo de quem tinha a certeza de quem iria chegar” (EVARISTO, 2016, p. 84 – grifo nosso). A imagem de Baltazar é representativa para Lumbiá, pois ele enxergava o tio na figura do rei negro. No decorrer da narrativa, o leitor acompanha todas as tentativas do menino negro no desejo de ver o presépio de perto, como podemos constatar: “Tinha feito várias tentativas de entrar no Casarão, o vigilante vinha e o enxotava” (EVARISTO, 2016, p. 85). Aos olhos do vigilante, o mesmo olhar da sociedade racista, o menino negro representa o perigo. De acordo com o que foi posto por Schwarcz e Starling (2015, p. 145-146), “a cor se tornou um marcador social fundamental”. Negro e sem a companhia dos pais, Lumbiá tornou-se o Outro, o indesejado. A este respeito, Stuart Hall (2016), pontua que “a estereotipagem tende a ocorrer onde existem enormes desigualdades de poder. Este geralmente é dirigido contra um grupo subordinado ou excluído” (HALL, 2016, p. 192 – grifo do autor).

Diante da opressão e da rejeição, simbolizando a luta enfrentada pelos negros para a afirmação de sua identidade enquanto sujeitos na sociedade, Lumbiá resiste. Sua resistência, sua coragem e sua persistência quebram as barreiras que o impediam de ver a cena natalina, como podemos observar: “Em um dado momento aproximou-se devagar. Ninguém na porta. Mordeu os lábios, pisou leve e, apressado, entrou” (EVARISTO, 2016, p. 85). O fragmento expõe nitidamente a dificuldade de ser



negro na sociedade brasileira: Lumbiá precisa do descuido do vigilante para apreciar o que também lhe é de direito, mas é negado.

No fragmento seguinte, o narrador leva-nos a refletir sobre o conceito de raça pontuado por Moreira (2019, p. 44) quando ele afirma que “raça é uma representação cultural que estrutura relações de poder dentro de uma sociedade”. A descrição do menino Jesus ao fundir-se com a realidade do personagem mostra o quanto essa relação de poder marca a sua condição econômica e social, como podemos constatar:

Lá estava o Deus-menino de braços abertos. *Nu, pobre, vazio e friorento como ele.* Nem as luzes da loja, nem as falsas estrelas conseguiam esconder a sua pobreza e solidão. Lumbiá olhava. De braços abertos, o Deus-menino pedia por ele. Erê queria sair dali. Estava nu, sentia frio. *Lumbiá tocou na imagem, à sua semelhança.* Deus-menino, Deus-menino! Tomou-a rapidamente em seus braços. Chorava e ria. Era seu. Saiu da loja levando o Deus-menino. (EVARISTO, 2016, p. 85 – grifos nossos).

Em um país onde a maior concentração de renda está nas mãos de uma minoria branca, elitista e racista, ser negro torna-se sinônimo de resistência. Por isso, os espaços públicos e privados precisam ser ocupados por pessoas negras para que “Lumbiás” olhem para as instituições e se vejam como sujeitos pertencentes, não excluídos. Neste caso, como foi dito anteriormente, a Lei 10.639/2003 cumpre um papel fundamental à medida que leva à sociedade a importância de conhecer a história e a cultura afro-brasileira e africana como parte da construção da nação brasileira. Dessa forma, teremos uma sociedade menos opressora, preconceituosa e racista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber que discorrer sobre a representatividade negra requer uma visitação ao passado, pois retornando a ele compreendemos como foi construída a imagem do negro ao longo da história. E, para isso, foi necessário conhecermos os conceitos de raça para entendermos como as sociedades ditas superiores – neste caso, as ocidentais – subjugaram outras. Constatamos que o mito da superioridade racial foi fundamental para que a colonização e a escravidão fossem naturalizadas e que os conhecimentos científicos desse período, com suas teorias racistas, contribuíram para a redução, a humilhação e a desumanização do negro. Nesse sentido, podemos perceber o motivo pelo qual a maior parte da população negra viu-se obrigada a assimilar os valores culturais do branco (vestimenta, alimentação, língua, entre outros) ao longo da história. Entretanto, a assimilação não foi suficiente, pois a sociedade branca insistia em rejeitar as pessoas negras. Decididos a abandonar a assimilação do branco, muitos cidadãos negros passaram a buscar outras estratégias de inserção na



sociedade como é o caso dos movimentos sociais, por exemplo. Além disso, é de suma importância que a Lei 10.639/2003 seja aplicada nas escolas não somente nas datas comemorativas, e a mídia – que exerce grande influência na sociedade – precisa fortalecer a imagem do negro nos diferentes setores sociais. Desconstruir a imagem estereotipada e estigmatizada do negro tornou-se urgente e necessária, visto que todas as teorias racistas já foram refutadas. Ler e analisar a trajetória de Lumbiá, dentro e fora da sala de aula, não deixa de ser uma forma de resistência.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília, 2004.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do ser.** 2005. 339 f. Tese de doutorado em Filosofia da Educação. São Paulo: USP.

CHRISTIAN, M. Conexões da diáspora africana: uma resposta aos críticos da afrocentricidade. In: NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.** São Paulo: Selo Negro, 2009.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

DOMINGUES, Petrônio. **Um “TEMPLO DE LUZ”:** Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. (Orgs.) Fonseca e Aaronovich. In: *História da educação dos negros no Brasil.* Niterói: EdUFF, 2016.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura e afrodescendência no Brasil:** antologia crítica. Minas Gerais: UFMG, 2011.

EVARISTO, Conceição. Lumbiá. **Olhos d’Água.** Rio de Janeiro: Pallas, 2016, p. 81-86.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Silva e Guacira Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

\_\_\_\_\_. **Cultura e representação.** Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

\_\_\_\_\_. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Trad. Adelaide Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

CAMPELO, Cristiane de Jesus Cordeiro; QUEIROZ, Juliana Maia de. A representatividade negra como construção de identidade: o conto “Lumbiá”, de Conceição Evaristo. In: *Revista Falas Breves*, n. 9, junho, 2021, Universidade Federal do Pará, *Campus* Universitário do Marajó-Breves, Breves-PA. ISSN 23581069



M'BOW, M. A. M. **História Geral da África: Metodologia e pré-história da África.** vol. I. 2ed. Brasília: UNESCO, 2010.

MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra.** Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

MOORE, Carlos. **O Marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão.** Uberlândia: Cenafro, 2010.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo.** São Paulo: Pólen, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos.** Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2009.

NASSIF, Luis. *A vida e obra de Conceição Evaristo. Cultura.* GGN – O Jornal de todos os Brasis. 11-07-2016. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/noticia/a-vida-e-a-obra-de-conceicao-evaristo>. Acesso: 02 set. 2019.

OLIVEIRA, V. R. **Desmistificando a pesquisa científica.** Belém: EDUFPA, 2008.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das letras, 2015.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.